

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 254 – 06/06 à 10/06/2022

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Conferência Internacional do Trabalho acrescenta segurança e saúde aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho](#)

Organização Internacional do Trabalho - 10/06/2022

Os delegados e as delegadas presentes na Conferência Internacional do Trabalho (CIT) adotaram uma resolução para adicionar o princípio de um ambiente de trabalho seguro e saudável aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os delegados e as delegadas adotaram a medida durante a [sessão plenária da Conferência](#) nesta sexta-feira, 10 de junho.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Demissão em massa depende de participação prévia de sindicatos, decide STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 08/06/2022

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quarta-feira (8), que é imprescindível a participação prévia de sindicatos nos casos de demissões coletivas. A decisão majoritária foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 999435, com repercussão geral (Tema 638).

[Trabalho infantil: crise econômica e pandemia acendem alerta para risco de retrocesso](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/06/2022

No próximo domingo, 12 de junho, é celebrado o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, num cenário marcado, nos últimos dois anos, por uma pandemia que agravou, ainda mais, a situação de pobreza de milhões de pessoas. Diversos fatores, como o fechamento das escolas, podem ter contribuído para levar crianças e adolescentes ao trabalho, como forma de aumentar a renda familiar, o que representa um retrocesso de anos no combate a essa prática.

[TST promove conciliações em ações coletivas e individuais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/05/2022

A 6ª edição da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista atendeu a mais de 219 mil pessoas em 65.035 audiências realizadas nos 24 Tribunais Regionais do Trabalho do país. Foram 21.167 acordos homologados e cerca de R\$ 764,6 mil movimentados. O que nem todos sabem, porém, é que também é possível realizar acordos em processos que já estão em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho.

[TST mantém redução de jornada para mãe de menino com paralisia cerebral](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/06/2022

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que pretendia anular a decisão definitiva em que fora condenada a reduzir, de 40 horas para 20 horas semanais, a carga horária de uma técnica de farmácia de Teresina (PI) que necessita prestar assistência ao filho menor com paralisia cerebral. De acordo com o colegiado, a pretensão da empresa se baseou em norma que não fora debatida no processo original.

[Dumping social nas relações de trabalho é o tema do mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 08/06/2022

O Tema do Mês de junho e julho da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é “Dumping Social nas relações laborais”. A prática é definida como o descumprimento reiterado da legislação trabalhista como forma de aumentar os lucros e de levar vantagem sobre a concorrência.

[Covid-19: sem prova de contaminação no trabalho, auxiliar de frigorífico não será indenizado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/06/2022

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um auxiliar de produção de frigorífico contra decisão que isentou a Bugio Agropecuária Ltda., de Chapecó (SC), da responsabilidade por sua contaminação por covid-19. Conforme a decisão, a atividade em frigorífico não se enquadra entre as que apresentam exposição habitual a risco maior de contaminação.



Notícias do Executivo

[SIT promove live sobre políticas públicas para erradicação do trabalho infantil](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 10/06/2022

Na próxima terça-feira (14), a partir das 10 horas, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) promove Webinário “Proteção social e a intersectorialidade das políticas públicas para a erradicação do Trabalho Infantil no Brasil”. O evento é parte integrante do Programa Trabalho Sustentável, lançado em maio deste ano, e será realizado em alusão ao Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

[Ministro do Trabalho e Previdência fala sobre geração de emprego e renda verdes durante encontro da OCDE](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 08/06/2022

Mercados de Trabalho pós-COVID: estamos emergindo mais verdes e mais inclusivos?”. Esse foi o tema do painel promovido nesta quarta-feira (8) pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) durante Reunião Ministerial sobre Emprego e Trabalho. Em sua participação, o ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, enfatizou que “o tema é relevante e que o governo brasileiro estabeleceu um programa de crescimento verde envolvendo 11 ministérios”.

[Ministro Oliveira representa o Brasil e discursa na 110ª Conferência Internacional do Trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 06/06/2022

O ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, falou esta manhã (10h20 Genebra/6h20 Brasília) na 110ª Conferência Internacional do Trabalho, que iniciou dia 27 de maio e vai até o dia 11 de junho, em Genebra, na Suíça. No pronunciamento, o ministro Oliveira falou sobre as ações do governo durante a pandemia, que conciliaram a manutenção de emprego e renda com políticas emergenciais de saúde pública.

[Ministério do Trabalho e Previdência anuncia a abertura de 196 mil postos formais de trabalho no mês de abril](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 06/06/2022

Dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgados, nesta segunda-feira (30), pelo Ministério do Trabalho e Previdência, registraram saldo positivo do emprego com carteira assinada em abril em 196.966 postos de trabalho. No acumulado de janeiro a abril de 2022, o saldo é de mais de 770.593 mil novas vagas de emprego. Em 12 meses foram criadas 2.6 milhões de novas vagas de emprego.

[Entidades da indústria da construção declaram apoio ao projeto Construa Brasil](#)

Ministério da Economia - 09/06/2022

Parceiros do Projeto Construa Brasil, lançado em abril pelo governo federal, gravaram, em vídeo, mensagens em apoio à iniciativa. E declararam engajamento nas ações que vêm sendo desenvolvidas para modernizar e simplificar processos, de forma a melhorar o ambiente de negócios da Construção Civil em três frentes: desburocratização, digitalização e industrialização

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Empresa firma TAC após acidente de trabalho grave em Vilhena \(RO\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/06/2022

Autuada por negligenciar segurança de trabalhador que sofreu acidente de trabalho gravíssimo, com risco de sequelas definitivas, devido à queda de altura de uma obra realizada em um galpão, a empresa SIX Prestadora de Serviços, com sede no Bairro São José (Setor 01) na cidade de Vilhena, em Rondônia, firmou termo para ajuste de conduta (TAC) perante o Ministério Público do Trabalho na 14ª Região, com abrangência em Rondônia e Acre, no qual se compromete a cumprir uma série de obrigações, sob pena de pagar multa por descumprimento e por trabalhador prejudicado.

[Mudanças na legislação de aprendizagem são alvo de críticas na Câmara](#)

Ministério Público do Trabalho - 09/06/2022

As recentes mudanças na legislação de aprendizagem foram alvo de críticas em audiência pública sobre o tema realizada na tarde desta quarta-feira (8), na Câmara dos Deputados. No debate, o Ministério Público do Trabalho (MPT) apontou que mudanças na legislação desconstroem, elitizam e precarizam políticas voltadas a adolescentes. A reunião ocorreu em comissão especial criada para debater o Estatuto do Aprendiz (PL 6.461/19) e foi solicitada pelos deputados federais Felipe Rigoni (União-ES) e Marco Bertaiolli (PSD-SP), respectivamente presidente e relator da comissão.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[12 de junho - Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 12/06/2022

Neste 12 de junho é celebrado o Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Crianças e adolescentes têm o direito à saúde, ao lazer, à educação de qualidade, à alimentação, à moradia, à cultura, ao esporte e às convivências comunitária e familiar saudáveis. Mas esta não é realidade de milhões de crianças no mundo.

[Em trabalho parlamentar, SINAIT e demais entidades atuam em defesa da política nacional de aprendizagem](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 10/06/2022

O SINAIT e entidades que atuam em defesa da política nacional de aprendizagem visitaram deputados e senadores, nesta quarta-feira, 8 de maio, para tratar da Medida Provisória (MP) nº 1.116/2022, que altera e limita entre outros tópicos a política de inserção de jovens à aprendizagem profissional.

[Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho completam 44 anos](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 08/06/2022

Em 8 de junho de 1978, o Ministério do Trabalho publicava a [Portaria MTb nº 3.214](#), com as primeiras 28 Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho. O Brasil chegou a ter 37 Normas Regulamentadoras diferentes em vigor. Porém, duas delas foram revogadas. Atualmente [35 normas regulamentadoras](#) 'atualizadas' vigoram no território nacional.

Outras Notícias

[Empresa que controla uso do banheiro por empregados deve indenizar trabalhadora](#)

Consultor Jurídico - 12/06/2022

A 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) concedeu indenização de R\$ 4 mil a funcionária de uma empresa do setor de telemarketing que aplica rigor excessivo no controle do uso dos sanitários.

[TRT-2 reconhece discriminação em dispensa de empregado com esquizofrenia](#)

Consultor Jurídico - 11/06/2022

Por entender que a ré tinha ciência do verdadeiro quadro de seu empregado, a 15ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) reconheceu como discriminatória a dispensa de um trabalhador com esquizofrenia paranoide, ocorrida quatro dias após o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) lhe negar auxílio-doença.

[Liberdade sindical e condutas antissindiciais](#)

Consultor Jurídico - 10/06/2022

A Constituição Federal do Brasil, no artigo 8º, assegurou a liberdade de associação sindical ou profissional. Ao lado dos partidos políticos, os sindicatos representam a expressão máxima da sociedade civil organizada, de modo que qualquer Estado Democrático e Social de Direito não pode prescindir de sua existência para a consecução de seus objetivos fundamentais.

[Ex-empregado com 10 anos de contribuição deve ser mantido em plano de saúde](#)

Consultor Jurídico - 10/06/2022

O trabalhador tem direito a continuar usufruindo do plano de saúde empresarial se for beneficiário há mais de dez anos. E a companhia deve indenizá-lo se excluí-lo da cobertura mesmo que ele tenha manifestado o interesse em permanecer no plano após deixar o emprego.

[A prevalência do negociado sobre o legislado sob a ótica do STF](#)

Consultor Jurídico - 09/06/2022

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o tema 1.046 da tabela de repercussão geral, deu provimento ao agravo em recurso extraordinário quanto à prevalência do negociado sobre o legislado. Antes disso, o ministro relator, Gilmar Mendes, havia determinado o sobrestamento de todos os casos envolvendo a temática da negociação, cujo leading case abordou as chamadas horas in itinere, ou seja, o tempo gasto do trabalhador no deslocamento entre a sua residência e o trabalho.

[Negociado x legislado ou STF x Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 07/06/2022

Mais um julgamento do Supremo Tribunal Federal contra a jurisprudência majoritária da Justiça do Trabalho. Mais reflexões a serem efetuadas. A primeira, e repetitiva, é de que no Brasil não basta a legislação prever claramente algo para termos segurança na aplicação do ordenamento jurídico. Precisamos esperar a última palavra do STF sempre que algum tipo de inconstitucionalidade possa ser invocada (e na área trabalhista isso parece ser a regra).

[Quer entender mais sobre as NRs em vigor? Inscreva-se no 94º Enic!](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 09/06/2022

O mais importante encontro da construção, o 94º Enic, vai contar com debate específico sobre as Normas Regulamentadoras. O painel “As novas NR’s e a gestão de SST na construção” acontecerá no dia 20/06 às 17h, no Palco Negócios. Participe! É totalmente virtual e gratuito. [Inscreva-se neste link](#).

[Conferência Internacional do Trabalho termina com uma “notável colheita de realizações”](#)

Organização Internacional do Trabalho - 11/06/2022

A 110ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT) foi encerrada com uma “notável colheita de realizações”, segundo o diretor-geral da OIT, Guy Ryder. Qualificando esta CIT como “importante, harmoniosa e produtiva”, ele destacou a decisão de “elevar um ambiente de trabalho seguro e saudável ao estatuto de princípio e direito fundamental no trabalho” como “histórica”.

Atos Normativos

[PORTARIA MTP N° 1.486, DE 3 DE JUNHO DE 2022](#) (DOU de 06/06/2022 Seção I Pág. 252) - Altera a Portaria n° 671, de 8 de novembro de 2021, que regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho. (Processo n° 19964.104413/2020-54);

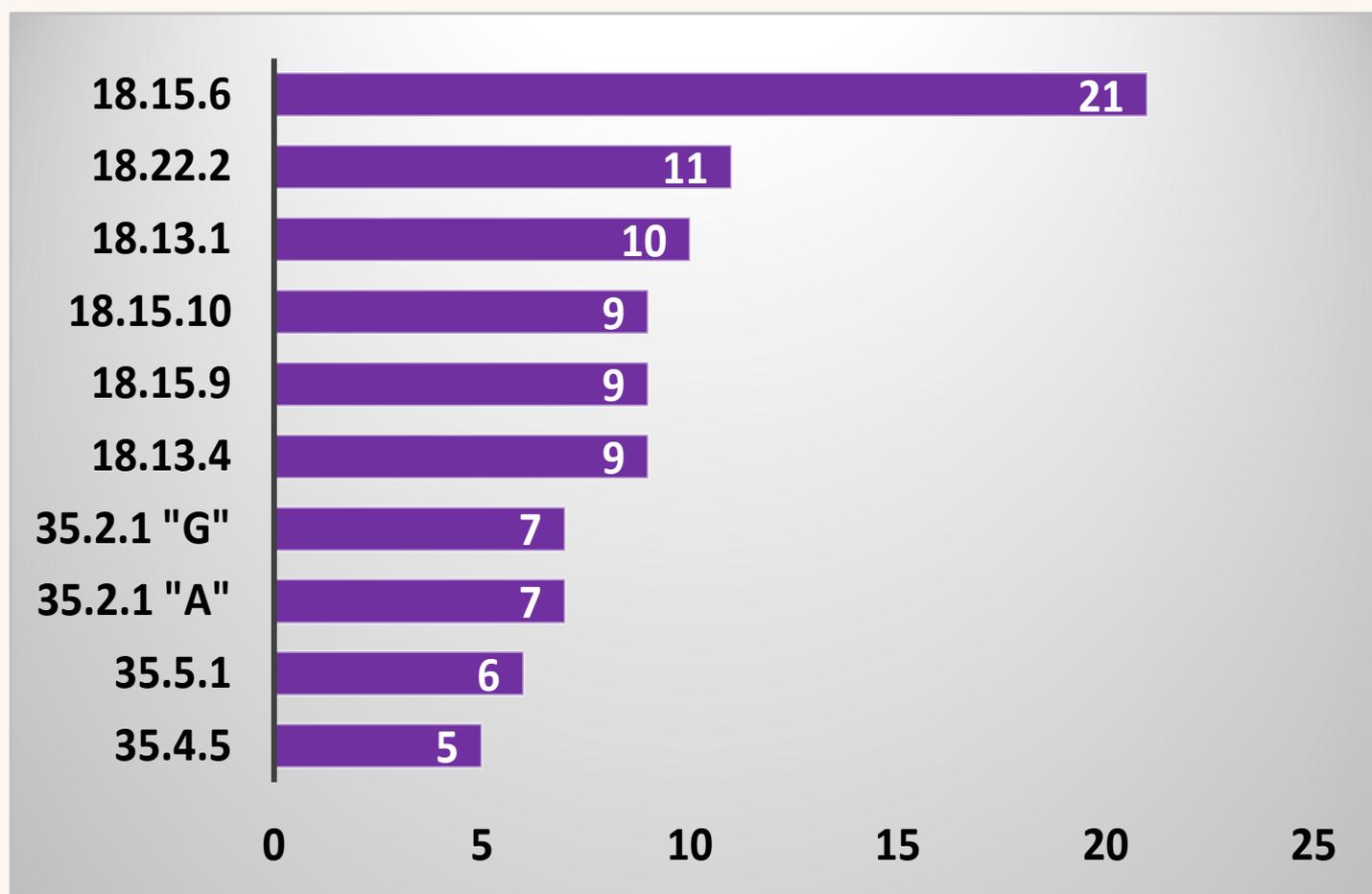
[RESOLUÇÃO CODEFAT N° 950, DE 3 DE JUNHO DE 2022](#) (DOU de 07/06/2022 Seção I Pág. 77) - Dispõe sobre a ampliação do benefício do Seguro-Desemprego aos trabalhadores dos municípios dos Estados de Alagoas e Pernambuco declarados em situação de emergência pelo Ministério do Desenvolvimento Regional por meio das Portarias n° 1.703, de 26 de maio de 2022; n° 1.708 e n° 1.709, de 27 de maio de 2022; n° 1.713, de 30 de maio de 2022; n° 1.738 e n° 1.748, de 31 de maio de 2022;

[PORTARIA DIRBEN/INSS N° 1.023, DE 6 DE JUNHO DE 2022](#) (DOU de 07/06/2022 Seção I Pág. 78) - Altera a Portaria DIRBEN/INSS n° 993, de 28 de março de 2022 (LIVRO IV - Processo Administrativo Previdenciário).



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Interdição” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2022 (jan/mar):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Interdição: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os artigos da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram utilizados para paralisar as atividades de itens encontrados nos canteiros de obra da Indústria da Construção, por ter sido caracterizado “grave e iminente risco” a segurança e a saúde dos trabalhadores, durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações”, “autuações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

18.15.10 Os montantes dos andaimes devem ser apoiados em sapatas sobre base sólida e nivelada capazes de resistir aos esforços solicitantes e às cargas transmitidas.

18.15.9 O acesso aos andaimes deve ser feito de maneira segura.

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

35.2.1 Cabe ao empregador:

g) garantir que qualquer trabalho em altura só se inicie depois de adotadas as medidas de proteção definidas nesta Norma;

35.2.1 Cabe ao empregador:

a) garantir a implementação das medidas de proteção estabelecidas nesta Norma;

35.5.1 É obrigatória a utilização de sistema de proteção contra quedas sempre que não for possível evitar o trabalho em altura.

35.4.5 Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise de Risco.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula